



# Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO



**Autógrafo nº 53/02**

**Projeto de Lei nº 60/02**

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência e dá outras providências.

**Lei nº .....de.....de.....de 2002.**

**JAIR CASSOLA, Prefeito do Município de Votorantim, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:**

**Art. 1º-** Fica criado junto à Secretaria de Promoção Social do Município o Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência, que terá como finalidade assessorar o governo municipal, no sentido de que o exercício dos direitos civis e humanos das pessoas deficientes sejam assegurados, dentro da globalidade da política de governo.

**Art. 2º-** Ao Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência, compete estabelecer diretrizes que visem à implementação dos planos e programas de apoio às pessoas deficientes, propondo medidas de defesa dos seus direitos.

**Art. 3º-** O Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência, será composto por 07 (sete) conselheiros, designados pelo Prefeito Municipal, na seguinte conformidade:

- I – 02 representantes de entidades de pessoas portadoras de deficiência, atendendo à globalidade das deficiências;
- II – 01 representante de entidades prestadoras de serviços às Pessoas Portadoras de Deficiência, atendendo à globalidade das deficiências;
- III – 04 representantes da Prefeitura, através dos seguintes órgãos:
  - a) Promoção Social;
  - b) Unidade de Educação;
  - c) Unidade de Saúde;
  - d) Unidade de Obras.

**§ 1º** – A cada membro efetivo corresponderá um suplente.

**§ 2º** – Os representantes das entidades serão indicados por aquelas do mesmo gênero, que estejam cadastradas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Votorantim - CMAS.



# Câmara Municipal de Votorantim

**"Capital do Cimento"**

ESTADO DE SÃO PAULO



§ 3º – O Prefeito Municipal indicará seus representantes, dando preferência àqueles profissionais que desenvolvam ou se interessem por trabalhos relacionados aos assuntos das Pessoas Portadoras de Deficiência.

§ 4º – O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, sendo permitida sua recondução.

§ 5º – A presidência do Conselho será exercida por um de seus integrantes eleito dentre seus pares.

§ 6º – Os membros do Conselho poderão ser dispensados a qualquer tempo a pedido ou a critério do Executivo Municipal.

§ 7º – As funções dos conselheiros não serão remuneradas, sendo consideradas de serviço público relevante.

Art. 4º- O conselho elaborará seu regimento interno para regulamentar seu funcionamento.

Art. 5º- As despesas decorrentes com a aprovação desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento.

Art. 6º- A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votorantim, 26 de junho de 2002.

  
**Jerson Pedrosa**  
**PRÉSIDENTE**

  
**Heber de Almeida Martins**  
**1º SECRETÁRIO**

  
**Jomar Teles Procopio**  
**2º SECRETÁRIO**